

Liderança em Ação pela Equidade de Gênero e Raça

Esta ferramenta foi elaborada com o objetivo de apoiar parlamentares e as equipes técnicas e administrativas do legislativo na incorporação de perspectivas interseccionais e intergeracionais no trabalho parlamentar. Ela reúne recomendações práticas, reflexões políticas e perguntas orientadoras que buscam tornar o processo de formulação e análise de projetos de lei mais inclusivo, conectado às diferentes realidades sociais presentes em todo o país e comprometido com a justiça para todas as gerações.

A proposta nasce da escuta ativa e da construção coletiva realizada ao longo do programa Impacto Legislativo Jovem – Brasil, organizado pelo Senado Federal em parceria com o ParlAmericas, que reuniu jovens mulheres brasileiras de diferentes regiões, raças, identidades e vivências. Por meio de entrevistas intergeracionais, análises de conteúdo e trocas entre participantes, emergiram contribuições valiosas sobre como a política pode ser um espaço impulsionador de transformações reais; O resultado reflete vozes historicamente silenciadas que se tornam alicerces para um futuro mais justo, plural e democrático, conectado às vivências das pessoas em toda sua diversidade.

Caminhos para fortalecer a diversidade e o diálogo intergeracional no trabalho parlamentar

Princípios transversais e estratégias concretas

A interseccionalidade nos convida a reconhecer como diferentes marcadores sociais — como gênero, raça, classe, sexualidade, geração, deficiência, povo e território — se cruzam e moldam de forma desigual o acesso a direitos. A justiça intergeracional, por sua vez, nos lembra que decisões tomadas hoje produzem impactos duradouros sobre as gerações futuras.

De maneira transversal, é importante que o trabalho parlamentar possa:

   **Valorizar saberes diversos:** reconhecer que o conhecimento não está restrito ao campo científico ou técnico, uma vez que ele se constrói também a partir de saberes tradicionais, comunitários, acadêmicos, histórias de vida e experiências cotidianas. Ao promover o diálogo entre diferentes formas de saber, o parlamento fortalece sua capacidade de responder às complexidades do Brasil, respeitando a diversidade cultural, territorial e identitária que o caracteriza.

   **Reconhecer desigualdades estruturais:** compreender que as desigualdades sociais no Brasil não são pontuais nem acidentais, mas resultado de processos históricos que afetam de forma distinta grupos historicamente diferenciados em razão de gênero, raça, classe, sexualidade, geração, deficiência, povo e território. Ao reconhecer esses processos estruturais, o parlamento pode formular políticas públicas que não apenas tratem os

sintomas da exclusão, mas enfrentem suas causas profundas e fomentem a igualdade de oportunidades. Nesse ponto a promoção da participação política equitativa pode ser uma ferramenta fundamental.

 **Promover o uso de uma linguagem inclusiva e de formatos de comunicação que garantam a acessibilidade:** adotar termos que respeitem identidades, evitem estigmas e reflitam a diversidade da sociedade brasileira é fundamental para que o trabalho parlamentar dialogue de forma efetiva com toda a cidadania. Isso envolve revisar projetos de lei, comunicados e materiais institucionais, eliminando expressões discriminatórias ou obsoletas, além de incluir definições adequadas que reconheçam diferentes vivências. Ao usar uma linguagem que acolhe e representa e inovar com os formatos de comunicação - incluindo o uso de tecnologias digitais e estratégias territoriais - para ampliar a acessibilidade e a inclusão, o parlamento intensifica o diálogo com os grupos historicamente marginalizados, fortalece a compreensão pública das políticas e de seus impactos na vida da população e contribui para consolidar uma cultura política mais democrática, respeitosa e representativa.

 **Fomentar espaços intergeracionais:** criar oportunidades reais de escuta e troca entre juventudes, pessoas idosas e diferentes gerações, promovendo diálogos horizontais que valorizem diferentes tempos de vida, saberes e perspectivas. A justiça intergeracional nos convida a pensar nas consequências das decisões políticas para as próximas gerações, garantindo que o presente não comprometa o futuro. Ao integrar vozes de diferentes idades em suas diferentes esferas de atuação, o parlamento amplia e fortalece sua capacidade de planejar com visão de longo prazo e atuar com olhar antecipatório, capaz de considerar tanto os impactos das decisões presentes sobre as gerações futuras quanto as necessidades específicas de uma população cada vez mais longaeva, atuando de forma preventiva e não apenas reativa.

Abaixo, listamos **5 estratégias concretas** para oferecer caminhos para que o trabalho parlamentar seja mais inclusivo, plural e comprometido com a transformação social, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Articulação e parcerias

Porque incorporar a diversidade é uma construção coletiva

Mapear gabinetes aliados e mobilizar comissões temáticas, frentes parlamentares, núcleos das juventudes, áreas administrativas e técnicas que trabalham com pautas de gênero, raça e direitos humanos constitui passo essencial para apoiar a incorporação dessas perspectivas na formulação de leis e políticas públicas. Fora do parlamento, identificar pessoas e grupos de referência e estabelecer parcerias com movimentos sociais – incluindo movimentos periféricos, coletivos, instituições acadêmicas, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil – que atuam com os temas no âmbito legislativo. Estabelecer parcerias com áreas técnicas e lideranças da sociedade civil que já desenvolvem ações com enfoque interseccional e intergeracional pode contribuir para o letramento político, fortalecer a adoção dessas pautas e garantir que diferentes vozes sejam ouvidas e incorporadas ao debate. Somado a isso, promover o intercâmbio de boas práticas com outros parlamentos reforça esse processo e compromisso coletivo.

Escutas estruturadas com grupos diversos

Porque legislar com justiça exige ouvir vozes historicamente silenciadas

Planejar escutas com diferentes grupos sociais e faixas etárias, utilizando ferramentas de parlamento aberto e participação cidadã, como audiências públicas, consultas digitais, rodas de conversa regionais e fóruns temáticos. É essencial analisar quem tem participado e ocupado esses espaços e, sobretudo, quem tem sido excluído: juventudes periféricas, mulheres negras, povos indígenas, mulheres rurais, pessoas migrantes, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência entre outros.

Garantir que essas escutas sejam acessíveis, representativas e conectadas às realidades locais permite que o trabalho legislativo se baseie em demandas concretas e promova políticas públicas mais inclusivas, legítimas e eficazes. A escuta ativa é um passo fundamental para fortalecer o parlamento como um espaço verdadeiramente democrático e representativo da diversidade da população e é particularmente importante para projetos de lei de grande impacto. Uma estratégia complementar é promover a diversidade nas assessorias parlamentares.

Análise legislativa com lente interseccional

Porque cada decisão impacta as pessoas de forma diferente

Aplicar uma análise interseccional aos projetos de lei permite identificar como diferentes marcadores sociais — como gênero, raça, classe, deficiência, geração, povo e território — se cruzam e produzem desigualdades específicas, que variam conforme o contexto. Por exemplo, uma mesma pessoa pode vivenciar formas distintas de inclusão e exclusão em diferentes situações, dependendo do eixo de análise considerado. Esse olhar socialmente situado ajuda a prever impactos diferenciados, evitar exclusões e propor ajustes que tornem as políticas mais equitativas e justas. É necessário construir legislações que acolham a interseccionalidade não apenas como conceito, mas como prática cotidiana.

Utilizar dados desagregados por diferentes marcadores sociais, fomentar escutas sociais e elaborar pareceres técnicos com esse enfoque fortalece a qualidade legislativa e a legitimidade das decisões, contribuindo, assim, para ampliar e aprimorar a representatividade das instituições parlamentares.

Debate orçamentário com foco em inclusão e implementação

Porque decisões legislativas precisam de recursos para se tornar realidade

O debate orçamentário é essencial para garantir que as propostas legislativas tenham condições reais de implementação. Cabe aos parlamentares definir prioridades - considerando recursos e metas-, propor emendas e fiscalizar a alocação dos mais variados recursos (orçamentários, humanos e técnicos) destinados a ações públicas que promovam a justiça social, a inclusão e a sustentabilidade. Ao incorporar perspectivas interseccionais e intergeracionais nesse processo, o parlamento fortalece sua capacidade de responder às demandas concretas da população e de transformar decisões políticas em mudanças efetivas na vida das pessoas.



Monitoramento participativo e prestação de contas

Porque fiscalizar é também construir confiança

O parlamento exerce um papel central no controle político e na fiscalização da implementação das políticas públicas. A adoção de estratégias de monitoramento participativo — com o envolvimento direto da sociedade civil, juventudes e grupos diversos — fortalece a transparência e a legitimidade das ações legislativas.

Garantir processos transparentes de prestação de contas e acompanhar a execução das leis e dos recursos orçamentários permite transformar os mandatos parlamentares em espaços de escuta contínua, accountability e construção coletiva.



Perguntas norteadoras para a análise de projetos de lei com lentes interseccional e intergeracional

- ☐ Este projeto de lei considera os impactos que ele pode ter sobre as mulheres jovens de diferentes contextos sociais, raciais e territoriais, garantindo que suas necessidades específicas sejam contempladas?
- ☐ Quais grupos sociais e vozes historicamente invisibilizadas foram ouvidos no processo de formulação, e como suas perspectivas e contribuições foram incorporadas à proposta legislativa?
- ☐ De que forma este projeto de lei considera tanto seus impactos para as futuras gerações quanto às necessidades das pessoas idosas, garantindo sustentabilidade a longo prazo em vez de apenas soluções imediatistas?
- ☐ O texto prevê mecanismos de garantia de direitos para grupos historicamente excluídos?
- ☐ A proposta contribui para o bem-estar concreto das pessoas (saúde, educação, segurança, cultura e meio ambiente) de diferentes regiões do país?
- ☐ O processo de construção ou consulta assegura a participação efetiva de juventudes e pessoas idosas?
- ☐ A linguagem utilizada é acessível, inclusiva e respeitosa em relação às distintas identidades das pessoas potencialmente impactadas pela medida legislativa?